

	SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE		DOCUMENTO N.º	
			64	
	Política de Privacidade (Utilização de Dados Pessoais)		VERSÃO N.º	DATA
			02	01-09-2023
			PÁGINA	
		1 / 6		

ÍNDICE

N.º	ASSUNTO	PÁGINA
Secção I	<u>Introdução</u>	02
1	<u>Definições</u>	02
Secção II	<u>Princípios aplicáveis ao tratamento de dados pessoais</u>	03
2	<u>Princípios gerais</u>	03
3	<u>Finalidade</u>	03
4	<u>Recolha, tratamento e conservação de dados pessoais</u>	04
5	<u>Especificidade dos dados recolhidos</u>	04
6	<u>Fluxos transfronteiriços de dados pessoais</u>	04
7	<u>Comunicação a terceiros</u>	05
8	<u>Subcontratação</u>	05
9	<u>Interconexão de dados pessoais</u>	05
10	<u>Direitos dos titulares dos dados</u>	06
11	<u>Medidas de segurança</u>	06
Secção III	<u>Disposições finais</u>	06
12	<u>Alterações à descrição / condições do tratamento de dados</u>	06
13	<u>Esclarecimentos</u>	06
14	<u>Vigência</u>	06

ELABORADO POR	VERIFICADO POR	APROVADO POR
MANUEL CAETANO	FILIPPE LEITE	FERNANDO TEIXEIRA
		

	SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE		DOCUMENTO N.º	
	Política de Privacidade (Utilização de Dados Pessoais)		64	
			VERSÃO N.º	DATA
			02	01-09-2023
			PÁGINA	
		2 / 6		

Política de Privacidade

(Utilização de Dados Pessoais)

A Inспенорdeste – Inspeções Automóveis, Lda., adiante designada apenas por Inспенорdeste, é uma empresa dedicada à actividade de inspeção de veículos. No âmbito da sua actividade, a Inспенорdeste procede ao tratamento de dados pessoais relativos a Trabalhadores, Clientes e Fornecedores com os quais tem uma relação profissional.

A Inспенорdeste pretende assegurar que o tratamento de tais dados obedece às regras estabelecidas no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27-04-2016 relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e na Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto, a Lei de Protecção de Dados Pessoais (doravante “LPDP”). Para este efeito foi aprovado o presente documento, o qual visa consagrar a política de privacidade da empresa, estabelecendo as principais regras observadas pela Inспенорdeste no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais.

A recolha e tratamento dos dados pessoais fornecidos à Inспенорdeste assim como o exercício dos direitos dos seus titulares relativamente a estes dados, regem-se por esta Política de Privacidade, pelos regulamentos internos e pelos restantes instrumentos utilizados pela Inспенорdeste nos termos e na medida em que sejam aplicáveis aos titulares dos dados.

A presente Política de Privacidade (descrição/condições do tratamento de dados) encontra-se publicitada no website da Inспенорdeste (www.inspenordeste.pt), cujo conteúdo deverá consultar periodicamente, para se manter actualizado(a).

SECÇÃO I

INTRODUÇÃO

1. Definições

1.1 Para efeitos da presente Descrição/Condições do Tratamento de Dados entende-se por:

- (a) “CNPD”: Comissão Nacional de Protecção de Dados;
- (b) “Consentimento do titular dos dados”: qualquer manifestação de vontade livre, específica e informada, nos termos da qual o titular aceita que os seus Dados Pessoais sejam objecto de tratamento;
- (c) “Dados Pessoais”: qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respectivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável; é considerada identificável a pessoa que possa ser identificada directa ou indirectamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social;
- (d) “Dados Sensíveis”: Dados Pessoais referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação sindical, fé religiosa, vida privada e origem racial ou étnica, bem como o tratamento de dados relativos à saúde e à vida sexual, incluindo os dados genéticos;

	SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE		DOCUMENTO N.º	
			64	
	Política de Privacidade (Utilização de Dados Pessoais)		VERSÃO N.º	DATA
			02	01-09-2023
			PÁGINA	
		3 / 6		

- (e) “Interconexão de dados”: forma de tratamento que consiste no relacionamento dos dados de um ficheiro com (i) os dados de outro ficheiro mantido por outro responsável, ou (ii) os dados de um ficheiro mantido pelo mesmo responsável com uma finalidade diferente;
- (f) “Legislação relativa à protecção de Dados Pessoais”: o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27-04-2016, a LPDP e a Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto (incluindo as alterações subseqüentes);
- (g) “LPDP”: [Lei n.º 58/2019](#) – Lei da Protecção de Dados Pessoais;
- (h) “Responsável”: a Inspecção;
- (i) “Subcontratante”: a pessoa singular ou colectiva que trate os Dados Pessoais em nome e por conta do Responsável;
- (j) “Terceiro”: a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo a quem o Responsável transmita Dados Pessoais;
- (k) “Titular dos Dados”: a pessoa singular identificada ou identificável cujos Dados Pessoais são tratados pela Inspecção ou por outro Responsável;
- (l) “Tratamento de Dados Pessoais”: qualquer operação ou conjunto de operações sobre Dados Pessoais, efectuadas com ou sem meios automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a comunicação por transmissão, por difusão ou por qualquer outra forma de colocação à disposição, com comparação ou interconexão, bem como o bloqueio, apagamento ou destruição.

SECÇÃO II

PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

2. Princípios Gerais

2.1 A presente Política de Privacidade regula a recolha e tratamento dos seus Dados Pessoais, assim como o exercício dos seus direitos relativamente aos mesmos, nos termos da Legislação relativa à protecção de Dados Pessoais.

2.2 O Tratamento de Dados Pessoais será realizado de acordo com os seguintes princípios:

- (i) Licitude e lealdade;
- (ii) Finalidade;
- (iii) Adequação, pertinência e proporcionalidade;
- (iv) Exactidão;
- (v) Conservação;
- (vi) Informação;
- (vii) Segurança; e
- (viii) Legitimidade.

	SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE		DOCUMENTO N.º	
			64	
	Política de Privacidade (Utilização de Dados Pessoais)		VERSÃO N.º	DATA
			02	01-09-2023
			PÁGINA	
		4 / 6		

3. Finalidade

Os Dados Pessoais recolhidos serão tratados e armazenados informaticamente pela Inspecordeste ou pelas entidades por esta subcontratadas, para efeitos de gestão da relação entre a Inspecordeste e o Titular dos Dados e de gestão administrativa centralizada de dados.

4. Recolha, tratamento e conservação de Dados Pessoais

4.1 A Inspecordeste só procederá ao tratamento de Dados Pessoais se os mesmos forem necessários para a prossecução da sua actividade, cumprimento de obrigações legais ou contratuais ou para a prossecução das finalidades indicadas acima.

4.2 A Inspecordeste assume que os dados recolhidos foram inseridos/ disponibilizados pelo respectivo titular e que a sua inserção/disponibilização à Inspecordeste foi autorizada pelo mesmo, sendo os Dados Pessoais em questão verdadeiros e exactos. Sem prejuízo, a Inspecordeste tomará as medidas adequadas para assegurar que sejam apagados ou rectificadas os dados inexactos ou incompletos, tendo em conta as finalidades para que foram recolhidos ou para que são tratados posteriormente.

4.3 Os Dados Pessoais recolhidos serão conservados de forma a permitir a sua identificação apenas durante o período necessário para a prossecução das finalidades de recolha ou do tratamento posterior, findo o qual os mesmos serão definitivamente eliminados, sem possibilidade de recuperação.

5. Especificidade dos dados recolhidos

Para cumprimento de obrigatoriedade legal na pressocução da sua actividade ou contrato assinado entre as partes, a Inspecordeste recolhe e trata os seguintes Dados Pessoais:

- Colaboradores: os descritos na declaração de recolha de dados pessoais;
- Clientes: os legalmente determinados para a prestação do serviço (nome e morada constante no documento de registo de propriedade do veículo e a fotografia de reconhecimento automático da matrícula do veículo, podendo permitir a identificação visual da sua marca e modelo e a eventual captação da imagem parcial ou total de Pessoas presentes nas nossas instalações) e os fornecidos de livre vontade pelos Titulares dos Dados como o telefone, fax ou email (para contacto em caso de necessidade, na marcação de inspecções via website ou para envio de informação sobre a validade da inspecção);
- Fornecedores: informação constante no contrato de prestação de serviços ou para contacto, fornecida de livre vontade;
- Outras Entidades: conforme Política de Confidencialidade em vigor na empresa.

6. Fluxos Transfronteiriços de Dados Pessoais

6.1 A Inspecordeste poderá proceder à transferência de Dados Pessoais para entidades situadas fora de Portugal, que concordem em utilizar tais Dados Pessoais para as finalidades indicadas nesta Política de Privacidade (descrição/condições do tratamento de dados).

6.2 A transferência de Dados Pessoais no âmbito desta Política de Privacidade (descrição/condições do tratamento de dados) poderá envolver a transferência dos mesmos para países terceiros (fora do território da União Europeia/Espaço Económico Europeu) que poderão não dispor de leis e regras equivalentes em matéria de protecção de Dados Pessoais. Nestes casos, ser-lhe-á pedido o seu consentimento para tais transmissões.

	SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE		DOCUMENTO N.º	
			64	
	Política de Privacidade (Utilização de Dados Pessoais)		VERSÃO N.º	DATA
			02	01-09-2023
			PÁGINA	
		5 / 6		

7. Comunicação a Terceiros

7.1 A Inspecordeste poderá comunicar Dados Pessoais a terceiros, no âmbito:

- (i) Do cumprimento de uma obrigação legal, de uma deliberação da CNPD ou de uma ordem judicial;
- (ii) Quando a comunicação de dados seja levada a cabo para proteger interesses vitais do titular dos Dados Pessoais;
- (iii) No âmbito de uma venda, cessão ou outra transferência do negócio a que os Dados Pessoais digam respeito; ou,
- (iv) Qualquer outra finalidade legítima prevista na LPDP.

7.2 São de comunicação legalmente obrigatória:

- Para a AT – Autoridade Tributária, os dados constantes nos documentos contabilísticos / fiscais;
- Para o IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., os dados relativos às inspeções realizadas, incluindo os constantes nos certificados de inspeção emitidos.

7.3 São igualmente disponibilizados:

- Para a AMT – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, os dados constantes em eventuais reclamações registadas e respectivos registos de inspeções, quando aplicável;
- Para o IPAC – Instituto Português de Acreditação, I.P., os dados solicitados e constantes em relatórios / registos do Sistema de Gestão da Qualidade, incluindo os relativos a inspeções.

8. Subcontratação

8.1 A Inspecordeste pode comunicar os Dados Pessoais a entidades por si subcontratadas para efeitos de tratamento dos mesmos, por conta e sob as instruções da Inspecordeste enquanto entidade Responsável.

8.2 A Inspecordeste só contratará Subcontratantes que ofereçam garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnica e de organização do Tratamento de Dados Pessoais a efectuar, devendo zelar pelo cumprimento dessas medidas. Tais Subcontratantes estarão sujeitos ao cumprimento integral das regras previstas na presente Política de Privacidade (descrição/condições do tratamento de dados), aquando do tratamento de Dados Pessoais por conta e sob instruções da Inspecordeste.

9. Interconexão de Dados Pessoais

9.1 A Inspecordeste não levará a cabo qualquer operação de interconexão de Dados Pessoais sem a prévia autorização da CNPD para o efeito.

9.2 As operações de interconexão de Dados Pessoais levadas a cabo pela Inspecordeste obedecerão aos seguintes requisitos:

- (i) Adequação à prossecução das finalidades legais ou estatutárias e de interesses legítimos daquela;
- (ii) Não-discriminação ou diminuição dos direitos, liberdades e garantias dos titulares dos dados,
- (iii) Utilização de adequadas medidas de segurança; e
- (iv) Ter em conta o tipo de dados objecto de interconexão.

	SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE		DOCUMENTO N.º	
			64	
	Política de Privacidade (Utilização de Dados Pessoais)		VERSÃO N.º	DATA
			02	01-09-2023
			PÁGINA	
		6 / 6		

10. Direitos dos Titulares dos Dados

Nos termos previstos na LPDP, é garantido aos Titulares dos Dados o direito de acesso, actualização e rectificação dos seus Dados Pessoais, bem como o direito de oposição ao tratamento dos mesmos, nos termos pelo próprio declarado, devendo tal exercício ser efectuado presencialmente pelo titular dos dados.

11. Medidas de Segurança

11.1 A Inspecordeste implementa medidas de carácter técnico e organizativo necessárias à protecção dos Dados Pessoais contra a respectiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos, devendo tais medidas ser cumpridas pelos seus Colaboradores.

11.2 Estas medidas assegurarão, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação, um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o Tratamento de Dados Pessoais apresenta e à natureza dos Dados Pessoais a proteger.

11.3 A Inspecordeste adoptará medidas especiais de segurança aquando do tratamento de Dados Sensíveis.

SECÇÃO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Alterações à Política de Privacidade (descrição/condições do tratamento de dados)

A Inspecordeste reserva-se no direito de, a todo o momento, alterar, acrescentar ou revogar, parcial ou totalmente, a presente Política de Privacidade (descrição/condições do tratamento de dados). Quaisquer alterações serão atempadamente divulgadas através de comunicação escrita, disponibilizada no nosso website.

13. Esclarecimentos

Para saber mais sobre a forma como a Inspecordeste trata os seus dados pessoais, ou para esclarecer qualquer dúvida, fazer qualquer reclamação ou comentário sobre a Política de Privacidade, por favor entre em contacto com a Inspecordeste, através do endereço electrónico geral@inspectordeste.pt ou através de um pedido escrito.

14. Vigência

Esta Política de Privacidade (descrição/condições do tratamento de dados) entra em vigor em **01-09-2023**.